



Artigo de Ação Extensionista

Possibilidades para um novo olhar sobre a Educação Alimentar e Nutricional em espaços coletivos.

Possibilities for a new view of Food and Nutrition Education in public spaces.

Ingrid de Abreu de Oliveira¹

Joice Graça Mello Corga¹

Édira Castello Branco de Andrade Gonçalves²

Resumo

A premissa básica deste artigo é a escassez de intervenções de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em espaços comunitários. Assim sendo, a proposta deste trabalho é fazer uma reflexão sobre este tema, visando a difusão da importância do conhecimento básico sobre alimentação, enquanto promotora de saúde. Através da consulta à literatura e do ponto de vista das autoras, busca-se analisar a importância da EAN; o papel do nutricionista nesse contexto; quem constitui a população menos atendida; qual a influência da mídia sobre essas pessoas; por que a ótica da ciência dos alimentos é importante e que estratégias podem ser adotadas para ampliar a possibilidade de acesso, inclusive em tempos de isolamento social. Diante disso, concluiu-se que a utilização de canais de comunicação online podem ser ferramentas complementares de EAN, contando com vantagens variadas, como baixo custo, grande velocidade e alcance, além da superação das barreiras físicas dos ambientes de aprendizado.

Palavras-chave: Educação nutricional. Coletividade. Isolamento social. Mídia. Ciência dos alimentos.

¹ Alunas do curso de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - ingrid.abreuoliveira@hotmail.com; joicecorga1324@gmail.com

² Docente da Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - ediracba.analisedealimentos@unirio.br



Abstract

The basic premise of this article is the lack of interventions in Food and Nutrition Education (FNE) in public spaces. Therefore, the purpose of this paper is to reflect on this theme, aiming to disseminate the importance of basic knowledge about food, as a health promoter. By consulting the literature and the point of view of the authors, it was analysed the importance of FNE; the role of the nutritionist in this context; who the least served population is; what is the media's influence on these people; why the perspective of food science is important and which strategies can be used to expand the possibility of access, including times of social distance. Thus, it was concluded that the use of online communication can be a complementary tool of FNE, with many advantages, such as low cost, great speed and reach, in addition to overcoming the physical barriers of learning environments.

Keywords: Nutritional education. Community. Social distance. Media. Food Science.

1. Introdução

O conceito de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), pode ser entendido como a sistematização de uma série de estratégias visando incentivar a cultura, a valorização e a prática voluntária e autônoma da alimentação saudável (BRASIL, 2012; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; VINCHA et al., 2017), sendo de modo crescente preconizada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição e devendo fazer uso de recursos e abordagens educacionais ativas e problematizadoras (AMPARO-SANTOS et al., 2013; FRANÇA; CARVALHO, 2017).

A visão da sociedade sobre a EAN, assim como o panorama da mesma, não são estáticos, e vêm mudando muito ao longo das décadas, incentivada por questões políticas e sociais (CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016). Em seus primórdios, na década de 40, as estratégias focavam em apenas instruir sobre o que se considerava uma alimentação correta, sob uma visão puramente biológica (FRANÇA; CARVALHO, 2017). A partir da década de 1970, a renda constituía na maior dificuldade para uma alimentação saudável e não mais a educação, e por isso, a EAN deixa de aparecer como estratégia em políticas públicas, perdendo a importância



durante duas décadas (CRUZ; DE MELO NETO, 2014). Em 1990, marca-se o retorno crescente da EAN às discussões e ao cenário político, com enfoque predominante na promoção da saúde, no direito humano à alimentação adequada e na segurança alimentar, promovendo a construção do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, publicado algumas décadas mais tarde, em 2012 (AMPARO-SANTOS et al., 2013; CASEMIRO et al., 2015).

Apesar dessas diferenças presentes na história, o que todas as épocas têm em comum é a abordagem pedagógica: instrução, adestramento e transferência de informação sem criticidade, ou seja, o envolvimento dinâmico, ativo e crítico dos indivíduos não é explorado e o conhecimento não é construído, e ainda, não é considerado que a maioria dos indivíduos não possui conhecimento prévio suficiente para interpretação e tomada consciente de decisões (BERBIGIER; MAGALHÃES, 2017; CRUZ; DE MELO NETO, 2014).

No que tange os objetivos da EAN, pode-se adotar uma abordagem generalista (preparar os indivíduos para escolhas alimentares saudáveis e de forma consciente), aplicável a qualquer público, ou mais específica (os objetivos serão determinados pelo profissional de acordo com o perfil da população atendida) (CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; DIAS DE BRITO et al., 2017; PEREIRA; PEREIRA; DE ANGELIS-PEREIRA, 2017; ZANCUL, 2017). Assim, torna-se interessante explorar a abordagem específica para agrupar os indivíduos com características semelhantes e trabalhar a EAN de forma coletiva, buscando alcançar um objetivo comum (MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; VINCHA et al., 2017). Tal metodologia tem seus benefícios defendidos e elucidados por diversos autores e apresenta múltiplas vantagens, como a diluição da demanda dos serviços de saúde pública, as trocas de experiência e a construção coletiva de conhecimentos (AMPARO-SANTOS et al., 2013; BERBIGIER; MAGALHÃES, 2017; CASAGRANDE et al., 2018; CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; DE DEUS et al., 2015; DIAS DE BRITO et al., 2017; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; VINCHA et al., 2017).



Assim, pode-se assumir que a EAN deve ser oferecida de maneira equitativa a toda a população, uma vez que, transcendendo os objetivos específicos de cada público, a visão generalista de fornecer ferramentas para escolhas conscientes e saudáveis se aplica a todos (ROSA; GIUSTI; RAMOS, 2016; VIEIRA; UTIKAVA; CERVATO-MANCUSO, 2013). Porém, não é essa a realidade observada no Brasil atualmente, o que pode ser comprovado pela grande limitação de estudos (AMPARO-SANTOS et al., 2013; BERBIGIER; MAGALHÃES, 2017; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; ROSA; GIUSTI; RAMOS, 2016; SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019) e intervenções (CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CRUZ; DE MELO NETO, 2014; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012). Dos poucos observados, percebe-se que a maioria se refere a grupos populacionais que apresentam algum tipo de comorbidade, fazendo com que os grupos de indivíduos saudáveis, que demandariam estratégias focadas na promoção à saúde, sejam deixados de lado (CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; CRUZ; DE MELO NETO, 2014; SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019).

Esses grupos que não recebem a devida atenção ficam à mercê da influência de informações divulgadas pelos meios de comunicação, que são considerados criadores de novos hábitos alimentares e necessidades de consumo, comumente por meio de informações jornalísticas superficiais e sensacionalistas (OLIVEIRA-COSTA et al., 2019). Esse tipo de divulgação está intimamente ligado ao atual conceito sociocultural de beleza, que faz com que as pessoas priorizem se encaixar em padrões em vez de serem saudáveis (ALVES; FERNANDA; PIRES, 2019; LAUS, 2012). As dietas impostas acabam obtendo resultados problemáticos, pois ainda que promovam perda de peso em um primeiro momento, a longo prazo podem trazer consequências clínicas, físicas, emocionais e psicológicas indesejáveis (AMPARO-SANTOS et al., 2013; ZANCUL, 2017).

A superficialidade das informações divulgadas faz com que os indivíduos façam suas escolhas alimentares de forma muito mecânica, seguindo exemplos veiculados pela mídia, desconsiderando a individualidade de cada organismo e sem se preocupar em conhecer o alimento (MENEZES; MALDONADO, 2015). As informações



difundidas enfatizam o nutriente em detrimento do alimento como um todo, o que gera a falsa impressão de que a comida se resume ao seu nutriente principal, gerando no consumidor leigo grande dificuldade para se alimentar da maneira mais adequada (ABRANCHES et al., 2017; BARBOSA et al., 2016; OLIVEIRA; JAIME, 2017).

Diante desse cenário surgem uma série de questionamentos: Qual a importância da EAN? Qual o papel do nutricionista nesse contexto? Por que a EAN prioriza determinados grupos no Brasil? Como a mídia influencia no comportamento alimentar? Qual a importância de uma Educação Nutricional focada na ciência dos alimentos? Que estratégias podem ser adotadas para mudar o cenário?

A proposta deste trabalho é fazer uma reflexão destes temas visando à difusão do conhecimento básico sobre alimentação enquanto promotora de saúde.

2. Desenvolvimento

2.1 A importância da EAN

A Educação Alimentar e Nutricional desempenha diversos papéis dentro da sociedade, e é relevante em todos os ciclos de vida, desde a infância até a terceira idade, compreendendo indivíduos saudáveis ou com algum tipo de enfermidade, além de gestantes e lactantes (CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012), tornando complexa a tarefa de resumir sua importância. Apresenta influência crescente no cenário de promoção à saúde e é tida como ferramenta imprescindível contra desafios emergentes no campo de alimentação e nutrição (FRANÇA; CARVALHO, 2017).

Enquanto problematizadora, mostra-se como um instrumento capaz de evidenciar transformações no comportamento alimentar dos indivíduos, através, por exemplo, de uma mudança de concepção (CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012). É estratégia poderosa na participação ativa e na construção da autonomia dos indivíduos no que diz respeito às escolhas alimentares, dado que uma vez que uma pessoa toma consciência de onde vem o alimento, como é produzido, do



que é formado e quais suas implicações para a saúde, torna-se capaz de decidir por si o que deseja ou não ingerir (AMPARO-SANTOS et al., 2013; CASAGRANDE et al., 2018; CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; CRUZ; DE MELO NETO, 2014; FRANÇA; CARVALHO, 2017).

A frequente análise de variáveis sociodemográficas e econômicas em estudos, permite inferir que este é um aspecto que influencia diretamente no conhecimento nutricional dos indivíduos (BARBOSA et al., 2016; SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019), trazendo à tona um exemplo de desigualdade social. Diante disso, um papel importante da EAN é contribuir para a redução dessas desigualdades (AMPARO-SANTOS et al., 2013), através de processos educacionais emancipatórios, que considerem as realidades locais, para que as necessidades dos participantes sejam atendidas, articulando saúde, educação e desenvolvimento social para as populações do campo e da cidade (CRUZ; DE MELO NETO, 2014; DE DEUS et al., 2015; OLIVEIRA; JAIME, 2017).

Outra função primordial da EAN é permitir que os indivíduos possam, através da identificação e ampliação de seus conhecimentos sobre os alimentos, abandonar hábitos e práticas alimentares inadequados, fazendo com que, por exemplo, muitas doenças crônicas não-transmissíveis possam ser controladas, retardadas ou evitadas (CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; ROSA; GIUSTI; RAMOS, 2016). Alguns prováveis resultados positivos são melhora do perfil alimentar, das medidas antropométricas, do estado nutricional dos pacientes e dos parâmetros bioquímicos (glicemia, colesterol, pressão arterial) (FRANÇA; CARVALHO, 2017).

Assim, percebe-se que a EAN é importante de diversas formas e exerce influência em variados aspectos, tornando essencial que seja valorizada e utilizada como o forte aparato que é para a promoção da saúde, da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada (AMPARO-SANTOS et al., 2013; CASEMIRO et al., 2015; VINCHA et al., 2017).



2.2 O papel do nutricionista

É importante destacar que a EAN, além de seu conteúdo e abordagem, depende diretamente do profissional responsável e, por isso, admite-se que o nutricionista deva atuar como educador em todas as etapas das intervenções alimentares e nutricionais (MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012). A legislação do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) prevê pela Lei nº 8.234/1991 (BRASIL, 1991) que o nutricionista tem, entre as suas atividades privativas, as ações de Educação Nutricional: “Art. 3º São atividades privativas dos nutricionistas: VII - assistência e educação nutricional e coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética”.

Assim, pode-se considerar que as atividades de educação nutricional permeiam diversas atividades do nutricionista, em todos os seus campos de atuação, levando em conta o conceito de EAN contido no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas (BRASIL, 2012; CRN1, 2018).

Dessa forma, enquanto formador de hábitos alimentares, o profissional deve se manter atento às crescentes mudanças no padrão de consumo alimentar da população e atuar de forma direta na construção do conhecimento como ferramenta para a promoção da saúde e qualidade de vida dos indivíduos e comunidades (SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019; VIEIRA; UTIKAVA; CERVATO-MANCUSO, 2013). Sua atuação para a promoção de práticas alimentares saudáveis baseia-se em prover intervenções tanto por meio da assistência nutricional individual, quanto por atividades voltadas para grupos específicos (MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; ROSA; GIUSTI; RAMOS, 2016). Cabe a ele, portanto, estabelecer uma relação com o público atendido, buscando facilitar a identificação da receptividade e limitações às orientações nutricionais oferecidas e buscar formas de aproximar cada vez mais a abordagem realizada ao cotidiano dos usuários (CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; DIAS DE BRITO et al., 2017; FRANÇA; CARVALHO, 2017; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012).



Contudo, apesar da legislação favorável, o número de nutricionistas atuando nessa área ainda é pequeno e as ações de EAN estão pouco presentes em espaços comunitários (CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016). Isso porque ainda é muito forte a visão terapêutica da EAN, e o foco ainda é limitado aos serviços de saúde, que se apresentam como principal cenário de intervenções (BERBIGIER; MAGALHÃES, 2017; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; PEREIRA; PEREIRA; DE ANGELIS-PEREIRA, 2017; ZANCUL, 2017). Somado a isso, as publicações oficiais demonstram um olhar associando fortemente a EAN promotora da saúde à alimentação escolar, criando um cenário em que pouco se considera atividades de educação em saúde em outros ambientes além de escolas e hospitais (ALMEIDA et al., 2018; BRASIL, 2018; CFN, 2018; DA SILVA et al., 2018; FNDE, [s.d.]; REBRAE, 2019; RECINE et al., 2015).

Sendo assim, é de extrema importância que se adote uma visão ampliada, tanto por parte do Conselho Federal de Nutrição, no que tange as suas legislações e posicionamentos, quanto por parte do Ministério da Educação, que deve agir na atualização dos currículos das graduações em nutrição (CFN, 2018; COSTA et al., 2013). Essas duas ações somadas, devem acarretar uma mudança na visão dos profissionais sobre a atuação em EAN, aprimorando a noção da importância de sua prática em todas as esferas sociais, de maneira que o foco seja a formação de nutricionistas que extrapolem o conhecimento técnico e compreendam a necessidade de se pensar na construção de uma nova sociedade, explorando não somente a abordagem terapêutica, mas também buscando a promoção da saúde (CASEMIRO et al., 2015; CRUZ; DE MELO NETO, 2014; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012).

2.3 Separação de grupos

O comportamento coletivo pode ser um fator importante para melhoria da qualidade da alimentação e da própria convivência entre os membros de um grupo (ROSA; GIUSTI; RAMOS, 2016). Diante dessa premissa, a eficácia e a importância de intervenções grupais em EAN tornam-se um consenso (AMPARO-SANTOS et al.,



2013; BERBIGIER; MAGALHÃES, 2017; CASAGRANDE et al., 2018; CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; DE DEUS et al., 2015; DIAS DE BRITO et al., 2017; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; VINCHA et al., 2017). A formação dos grupos deve reunir indivíduos com algo em comum, seja uma mesma condição de saúde, mesmo local de moradia, mesma ocupação ou mesma fase da vida, isso para possibilitar a aplicação de conceitos e temas próximos à realidade dos usuários, tornando o conhecimento mais tangível e encorajando a troca de experiências (CASAGRANDE et al., 2018; DE DEUS et al., 2015). O momento do atendimento em grupo é um espaço onde os participantes podem expressar livremente sua opinião e confrontar suas ideias, o que normalmente não acontece nas consultas individuais (DIAS DE BRITO et al., 2017).

Atendimentos em grupo podem ser realizados em diversos espaços, que vão desde o serviço de saúde (onde normalmente têm como pretensão o tratamento de doenças), passando pelos serviços de educação (escolas, universidades), até espaços comunitários do dia-a-dia como grupos religiosos, asilos, associações de moradores e grupos de atletas (BARBOSA et al., 2016; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; DIAS DE BRITO et al., 2017; ZANCUL, 2017). Os diversos espaços comunitários existentes revelam que ambientes coletivos podem ser importantes promotores de saúde, tendo a transição para uma alimentação saudável como um dos fatores principais (BERBIGIER; MAGALHÃES, 2017; CASAGRANDE et al., 2018; DE DEUS et al., 2015; DIAS DE BRITO et al., 2017).

É consenso que a EAN não é distribuída de maneira uniforme no país, e via de regra existe a priorização dos grupos que apresentam alguma enfermidade (CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CRISCUOLO; MONTEIRO; TELAROLLI JUNIOR, 2012; CRUZ; DE MELO NETO, 2014; FRANÇA; CARVALHO, 2017; MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019; ZANCUL, 2017). Sabe-se que a EAN pode ser direcionada para a prevenção de doenças, promoção e/ou recuperação da saúde (DE DEUS et al., 2015), contudo, o foco na realidade brasileira atual é apenas na última, apresentando um modelo de assistência direcionado ao indivíduo e baseado no exercício de queixa-conduta



(CERVATO-MANCUSO et al., 2012). Assim, evidencia-se que a EAN está sendo subaproveitada, uma vez que pode não promover mudanças permanentes e contextualizadas na realidade dos indivíduos, nem na construção de ambientes saudáveis, que visem proporcionar uma qualidade de vida melhor à população (CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; FRANÇA; CARVALHO, 2017; SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019; ZANCUL, 2017).

As ações educativas para promoção à saúde realizadas em grupo não são atividades simples e exigem empenho do profissional responsável, que deve planejar e selecionar diversos elementos como o diagnóstico, o objetivo, a mensagem, a estratégia educativa e a avaliação a serem aplicadas (MAGALHÃES; MARTINS; CASTRO, 2012; VINCHA et al., 2017). Possível explicação para essa distribuição irregular pode ser a insuficiência de nutricionistas atuando nesta área causando, assim, acúmulo de demanda e conseqüente direcionamento dos profissionais para os grupos mais urgentes, acarretando a negligência da população que seria alvo de ações de promoção à saúde (CERVATO-MANCUSO et al., 2012; CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016; SIMÕES; DUMITH; GONÇALVES, 2019; VIEIRA; UTIKAVA; CERVATO-MANCUSO, 2013).

Um potencial desdobramento da negligência de alguns grupos é a quantidade de informações sem embasamento e falácias a que ficam submetidos, uma vez que a nutrição ainda é uma profissão vista como elitizada e o suposto conhecimento sobre alimentação está presente nos mais diversos locais e sob as mais diversas formas (OLIVEIRA-COSTA et al., 2019). A falta de conhecimento e preparo para filtrar o turbilhão de informações a que estão sujeitos faz com que muitos indivíduos se alimentem de maneira inadequada (ABRANCHES et al., 2017).

2.4 A influência da mídia

A imagem de padrão corporal, em toda sua história, sofreu várias modificações, sendo perceptíveis as severas mudanças do tipo ideal de figura humana (SILVA, 2018). As pessoas, principalmente as mulheres, são incentivadas a buscar o corpo ideal



sempre presente nos meios de comunicação (BARACAT; BARACAT, 2018). O termo mídia é comumente utilizado como substituição para meios de comunicação, porém mídia não engloba apenas os meios tradicionais responsáveis pela expansão de informações, como televisão, rádio, vídeos e jornais, mas outros meios que difundem o imaginário e também a cultura (SILVA, 2018).

A mídia estimula a todo momento a ideia de alcançar o corpo perfeito e desempenha um papel estruturador na construção e desconstrução dos hábitos alimentares, carregando os rótulos “saúde”, “estilo” e “boa forma”. Algumas revistas disseminam informações ditas como milagrosas, incentivam o emagrecimento associado à lógica do mercado impregnada por um padrão estético de corpo ideal, e empregam discursos nutricionais atrelados às metas utilizadas pelas personalidades famosas (FIORUCCI; SOARES; CAVALHEIRO, 2011; LAIA; AQUINO, 2017; OLIVEIRA-COSTA et al., 2019).

Surtem a cada dia novas tendências alimentares, descritas como parte essencial de uma combinação que promete a beleza corporal (LAIA; AQUINO, 2017) e a alimentação, essencial para a sobrevivência humana e importante para uma vida saudável, perde o sentido ao ser apontada nos discursos como tendência (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2019; LAIA; AQUINO, 2017; MORELLO et al., 2019). Percebe-se ainda um agravante, pois com frequência as estratégias publicitárias utilizadas nas revistas desconsideram a individualidade de quem as lê. Assim, tratando como verdades universais, os veículos de comunicação divulgam conhecimentos perito-científicos, com emprego de linguagem coloquial, aumentando o interesse sobre os assuntos abordados e atingindo número considerável de leitores. Contudo, a simplificação dos textos pode acarretar uma leitura superficial, e/ou equivocada dos resultados das pesquisas (ABRANCHES et al., 2017; OLIVEIRA-COSTA et al., 2019).

A rapidez e a comodidade para o consumo de alimentos no cotidiano são constantemente incentivadas e divulgadas pelos meios de comunicação, aumentando significativamente o consumo de sanduíches, biscoitos recheados, chocolates e refrigerantes (CAROLINA et al., 2017). A publicidade divulga mensagens muito bem



estruturadas, passando a ideia de que tudo é necessário, dificultando o discernimento do que é efetivamente essencial (PRADO et al., 2011a, 2011b; SANTOS et al., 2012).

Estudo observacional e descritivo (SANTOS et al., 2012) analisou a quantidade e o horário das propagandas veiculadas pela televisão sobre produtos alimentícios, classificando-os de acordo com a pirâmide alimentar e identificando o conteúdo calórico dos mais anunciados pelos seus rótulos, 85% dos produtos estavam no grupo da pirâmide alimentar, representado por doces e gorduras e observou-se total ausência de frutas e hortaliças.

A construção de novos modos de vida, associados ao consumo de alimentos saudáveis, visando à promoção da saúde, a prevenção de doenças e o aumento da autonomia dos indivíduos no que tange às escolhas alimentares é uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre sociedade, setor produtivo e setor público (BARACAT; BARACAT, 2016). Em especial o nutricionista deve romper com a prática comunicativa que pressupõe somente passar informações, passando a mergulhar a fundo no conceito dos alimentos, promovendo atividades dinâmicas e transmitindo informações factíveis com respaldo técnico-científico crítico, proporcionando às pessoas obter o entendimento necessário para fazer suas escolhas alimentares (ABRANCHES et al., 2017; LAIA; AQUINO, 2017).

2.5 A importância da ciência dos alimentos

É necessário iniciar esse tópico refletindo sobre o que é o alimento... Será que os indivíduos conseguem compreender sobre alimentação saudável, sem saber de fato o que estão comendo?

Texto reflexivo registra uma concepção de *alimento* como: carreador de estruturas químicas com funções de fornecimento de energia e estruturação e manutenção do corpo humano além de associar a composição química, qualidade sanitária, inocuidade do alimento e tecnologias de sua produção (PRADO et al., 2011b),



A alimentação necessita da percepção de que existe uma diferença entre o ato de se alimentar e o ato de se nutrir (FREITAS; MINAYO; FONTES, 2011). A fragmentação entre os campos que tratam dos alimentos nem sempre leva o sujeito ao entendimento de que existe uma relação no ato de ingerir e entender o que é o alimento de fato e todas suas transformações biológicas e tecnológicas (PRADO et al., 2011a). Assim, para uma nutrição saudável faz-se necessário conhecimento que vai além do senso comum acerca do que se consome (TAHA et al., 2017).

A informação nutricional é uma ferramenta útil e significativa para o desenvolvimento da educação nutricional, salvo sua importância e necessidade para uma alimentação ideal (GOMES, 2019; PONTES et al., 2009). Neste sentido, os alimentos industrializados apresentam, em suas embalagens, informações nutricionais de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (TAHA et al., 2017). Os rótulos representam um arcabouço normativo e informacional referente às propriedades nutricionais de um alimento, possibilitando ao consumidor o conhecimento prévio da composição e dos parâmetros indicativos de qualidade e segurança para o seu consumo (DANIEL; ARAÚJO, 2017).

Estudo que analisou a compreensão da leitura do rótulo observou que, sem ter dado nenhuma informação sobre rotulagem, 61% dos participantes alegaram compreender tudo a respeito do que está especificado nos rótulos, 28% não compreendiam nada e 11% compreendiam parcialmente. Após ação da educação nutricional, 83% compreendiam a rotulagem nutricional e o restante passou a compreender parcialmente (SANTOS et al., 2016). Diversos estudos demonstraram que efetiva educação nutricional promovendo informações e campanhas educativas associados a rotulagem nutricional trariam maior clareza e confiança para o consumidor (AVANZI, 2019; CAMARGO, 2018; MORAIS et al., 2020; OLMEDO et al., 2017; RODRIGUES et al., 2019).

Acredita-se que a compreensão da composição do alimento: macronutrientes e micronutrientes, entendendo sua estrutura e função no organismo, possibilita o indivíduo a interpretar e escolher alimentos de forma mais saudável e consciente, olhando para os rótulos com uma visão focada em nutrição e saúde.



2.6 EAN na Covid-19

Diante do cenário atual, a nutrição tem sido vista como essencial para promoção da saúde. A alimentação dá condição básica à própria vida, podendo influenciar substancialmente de maneira negativa ou positiva na saúde do indivíduo. A boa nutrição é um fator significativo na determinação do estado de saúde e longevidade, e isso envolve a compreensão da importância de uma alimentação adequada e equilibrada (LIMA; SOARES, 2020). O estado nutricional de um indivíduo é, há muito tempo, considerado indicador da capacidade de lidar com diversas situações. O estado imunológico interfere diretamente neste aspecto, demonstrando que uma dieta saudável, provedora de nutrientes essenciais é o melhor caminho para garantir às pessoas um sistema imunológico fortalecido (CALDER et al., 2020; LOPES, 2020).

A pandemia da Covid-19 tem revelado outra dimensão na qual a educação em saúde requer estratégias diversas para alcançar seus objetivos, dentre elas as crenças pessoais, a visão de mundo amplamente influenciada por fatores históricos, culturais e sociais que irão determinar as escolhas dos indivíduos. A educação em saúde no Brasil é a capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, é oferecer os meios (informações e recursos necessários) para que ela possa se prevenir, cuidar da família, do ambiente, da sua comunidade e alcançar saúde, no sentido positivo atrelado à qualidade de vida (PALÁCIO; TAKENAMI, 2020).

Assim, diante da necessidade de adaptação a condições completamente atípicas, as plataformas online vêm ganhando cada vez mais espaço e destaque, tendo suas funcionalidades melhoradas para atender à demanda de tudo o que passou a precisar ser feito à distância (G1, 2020). Contudo, apesar da importância do desenvolvimento dessas tecnologias como alternativas à rotina presencial, o uso desse tipo de abordagem de ensino e contato convida à reflexão sobre sua aplicação em um contexto normal, isto é, não pandêmico. Seria a tecnologia a resposta para a expansão do conhecimento alimentar e nutricional? Até que ponto ela pode ser uma aliada?



O projeto de extensão “Nutrição e saúde – aprendizado básico”, atualmente desenvolvido pelas autoras do presente trabalho na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), é um exemplo de veículo de EAN que precisou se reinventar durante o período de isolamento social para continuar levando conhecimento à população, e que já planeja formas de inserir essas alternativas encontradas na rotina presencial.

Uma das soluções adotadas foi a produção de material de divulgação em formato audiovisual. Foram produzidos vídeos curtos, dinâmicos e lúdicos com informações sobre conteúdos diversos, que são divulgados através das contas no *youtube* e no *instagram* do laboratório responsável pelo projeto de extensão, além da divulgação de todas as ações realizadas e materiais produzidos no *website* oficial do mesmo laboratório (“LabBio PPGAN / UNIRIO - YouTube”, 2020; “Nutrição e Saúde - uma visão da Ciência dos Alimentos – Nutrição e Saúde”, 2017).

O uso de ferramentas virtuais para o aprendizado é importante porque pode enriquecer e diversificar o processo de ensino e aprendizagem e colaborar para o desencadeamento de novas formas de pensar e aprender de maneira mais integrada, participativa e cooperativa, fundamentando-se principalmente nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)(PABLIZIA et al., 2016). Além disso, cria a possibilidade de romper barreiras geográficas de espaço e tempo, o compartilhamento de informações em tempo real, o que apoia a comunicação entre grupos e indivíduos (BIANCHETTI; COSTA, 2018).

Assim, já que como mencionado anteriormente, a prática de atividades em grupo de EAN exige esforço e preparação do nutricionista (CERVATO-MANCUSO; VINCHA; SANTIAGO, 2016). O preparo de materiais de base virtuais como vídeos e cartilhas pode servir como um atenuante da carga de serviço do profissional. Não irá substituir o atendimento individualizado e a atenção presencial, mas pode abrir margem para que possa atender mais grupos, já que conseguiria carregar consigo todo o material produzido.



3. Conclusões

Entendendo que o comportamento alimentar é resultado das relações humanas e históricas, é necessário que as intervenções educativas trabalhem além de suas raízes biomédicas, avançando de responsabilidades individuais para a construção de um conhecimento coletivo. Sendo assim, o trabalho de EAN deve extrapolar os limites das consultas individuais e ser realizado não somente em hospitais e clínicas, como também em escolas e todo espaço comunitário possível, para que atinja as necessidades de todo tipo de público, como praças, reuniões religiosas, universidades, asilos...

Outro ponto fundamental é evitar uma abordagem que apenas instrui sobre procedimentos do que comer, o que comprar e como preparar, pois esta limita e reduz a grandeza do fenômeno da alimentação, provocando atitudes mecânicas nos educandos, que não atribuem significado a tudo que envolve o ato de comer. Para isso, é importante adotar estratégias mais lúdicas, pois permitem melhor absorção das informações e fornecem mais subsídios para a construção do conhecimento com criticidade, diálogo, participação e compromisso social popular. Essas formas alternativas de aprendizado podem ser aplicadas através de jogos (bingo, quiz, etc), músicas, atividades corporais, teatro, contato direto com o alimento (degustações, oficinas de culinária, hortas) e/ou atividades sensoriais.

Embora os nutricionistas sejam os profissionais mais preparados para realizar essa orientação, infelizmente o acesso a esses profissionais ainda é escasso, principalmente entre a população de menor renda. Torna-se interessante a inserção de estudantes e residentes em Nutrição nesse campo de atuação, pois além de ajudarem a suprir a demanda existente, também é uma forma de adquirirem uma formação mais prática e experiências que os ajudem a lidar melhor com o campo após formados, por desenvolverem habilidades de comunicação, liderança, tomada de decisões, ética e trabalho em equipe.

Portanto, percebe-se que levando o indivíduo ao entendimento de todas as particularidades do alimento, nutrição e saúde com um olhar crítico, pode-se afirmar



que está pronto para tomar suas decisões e conhecer o que de fato se passa nesse campo. Além disso, ser capaz de enfrentar os obstáculos veiculados pela mídia que insere uma grande quantidade de informações de qualidade duvidosa, com dietas, fórmulas milagrosas e predominância de propagandas de alimentos ultraprocessados que nem sempre são informações corretas e completas.

Conclui-se que a criação de um site e outros canais de comunicação online podem ser possíveis ferramentas complementares de educação alimentar nutricional, sendo, inclusive, de baixo custo. A mídia social propicia a disseminação do conhecimento, e assim a temática nutrição e saúde pode estar ao alcance de todos. Para tal, é importante que mais profissionais criem conteúdos sobre nutrição e saúde contribuindo para a aprendizagem sem fronteiras geográficas.

Nesse sentido, entra em cena o educador, que pode colaborar com o fortalecimento da educação, na árdua tarefa de construir material de qualidade, que complemente suas atividades em sala de aula e disponibilize conteúdo de forma motivadora. É nesse momento que se deve estimular este tipo de atividade extensionista que permite a devolutiva do saber da Universidade para a comunidade em geral.

Referências

ABRANCHES, M. V. et al. **Ideal , saudável e submisso : o corpo feminino em capas de revistas.** CIAIQ 2017. **Anais...** 2017

ALMEIDA, G. M. et al. Educação Alimentar e Nutricional no exercício profissional do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um panorama brasileiro. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 13, n. 4, p. 851-873, 29 dez. 2018.

ALVES, S.; FERNANDA, P.; PIRES, F. A influência da mídia no comportamento alimentar de mulheres adultas. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 35, n. 69, p. 53-67, 2019.

AMPARO-SANTOS, L. et al. Segurança alimentar e nutricional e tecnologias sociais em educação alimentar e nutricional: notas sobre um projeto de pesquisa e extensão. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, p. 156-168, 2013.



ARAÚJO, A. C.; OLIVEIRA, A. (IN)Satisfação com a imagem corporal: associação com o consumo alimentar e a ingestão nutricional. **Acta Portuguesa de Nutrição**, v. 16, p. 18-24, 2019.

AVANZI, B. B. **Estudo da rotulagem de alimentos e compreensão do consumidor da cidade de Londrina-PR**. [s.l.] Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2019.
BARACAT, M.; BARACAT, J. A influência social e cultural da idealização do corpo perfeito através dos meios de comunicação e seu impacto na formação da imagem corporal. n. 2007, 2016.

BARACAT, M.; BARACAT, J. A influência social e cultural da idealização do corpo perfeito através dos meios de comunicação e seu impacto na formação da imagem corporal. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 1689-1699, 2018.

BARBOSA, L. B. et al. **Avaliação do conhecimento nutricional de adultos: Uma revisão sistemática** *Ciencia e Saude Coletiva* Associação Brasileira de Pós - Graduação em Saude Coletiva, , 1 fev. 2016.

BERBIGIER, M. C.; MAGALHÃES, C. R. Educação nutricional em universitários e estratégias para promoção de saúde institucional: revisão integrativa. **Revista Brasileira em promoção da Saúde**, v. 30, n. 2, p. 264-274, jun. 2017.

BIANCHETTI, L. A.; COSTA, L. C. A. DA. Possibilidades do uso da internet na educação : um estudo realizado em uma escola de Florianópolis. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 11, n. 1, p. 112-125, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8234/1991** Brasil, 1991. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8234.htm>. Acesso em: 28 maio. 2020

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas** Brasília - DF, Brasil. Ministério da saúde, , 2012. Disponível em:
<www.mds.gov.br/segurancaalimentar>. Acesso em: 2 abr. 2020

BRASIL. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional** Brasília - DF CFN, 2018.

CALDER, P. C. et al. Optimal nutritional status for a well-functioning immune system is an important factor to protect against viral infections. **Nutrients**, v. 12, n. 4, p. 1-10, 2020.

CAMARGO, A. S. DE. **Rotulagem nutricional segundo o modelo de "Multiple Traffic Light"**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CAROLINA, M. et al. Análise do perfil e dos hábitos não-consumidores de alimentos



saudáveis da cidade de Lavras - MG. v. 10, p. 102-121, 2017.

CASAGRANDE, K. et al. Avaliação da efetividade da educação alimentar e nutricional em idosos. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 12, n. 73, p. 591-597, 2018.

CASEMIRO, J. P. et al. Impasses, desafios e as interfaces da educação alimentar e nutricional como processo de participação popular. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 2, p. 493-514, ago. 2015.

CERVATO-MANCUSO, A. M. et al. A atuação do nutricionista na Atenção Básica à saúde em um grande centro urbano. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3289-3300, dez. 2012.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; VINCHA, K. R. R.; SANTIAGO, D. A. Educação Alimentar e Nutricional como prática de intervenção: Reflexão e possibilidades de fortalecimento. **Physis**, v. 26, n. 1, p. 225-249, 1 jan. 2016.

CFN. **Áreas de Atuação**. Disponível em: <<https://www.cfn.org.br/index.php/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 27 maio. 2020.

COSTA, E. DE Q. et al. Desafios à reforma curricular em um curso de graduação em nutrição. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, p. 469-485, 2013.

CRISCUOLO, C.; MONTEIRO, M. I.; TELAROLLI JUNIOR, R. Contribuições da educação alimentar e nutricional junto a um grupo de idosos. **Alimentação e Nutrição**, v. 23, n. 3, p. 399-405, 2012.

CRN1. **A Educação Alimentar e Nutricional é atividade a ser exercida pelo nutricionista?** | CRN1. Disponível em: <<http://www.crn1.org.br/a-educacao-alimentar-e-nutricional-e-atividade-a-ser-exercida-pelo-nutricionista/>>. Acesso em: 29 maio. 2020.

CRUZ, P. J. S. C.; DE MELO NETO, J. F. Educação popular e nutrição social: Considerações teóricas sobre um diálogo possível. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 18, p. 1365-1376, 1 dez. 2014.

DA SILVA, S. U. et al. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, 1 ago. 2018.

DANIEL, W.; ARAÚJO, R. Importância, Estrutura E Legislação Da Rotulagem Geral E Nutricional De Alimentos Industrializados No Brasil. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 2, n. 1, p. 35-50, 2017.

DE DEUS, R. M. et al. Impacto de intervenção nutricional sobre o perfil alimentar e



antropométrico de usuários do Programa Academia da Saúde. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1937-1946, 2015.

DIAS DE BRITO, P. et al. Educação alimentar e nutricional para o controle de comorbidades em pessoas com doenças infecciosas. **Revista Brasileira em promoção da Saúde**, p. 141-148, 30 mar. 2017.

FIORUCCI, A. R.; SOARES, M. H. F. B.; CAVALHEIRO, É. T. G. C. Enzimas: natureza e ação nos alimentos. **Food Ingredients Brasil**, v. 16, p. 26-37, 2011. FNDE. **Educação Alimentar e Nutricional - EAN - Portal do FNDE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-educacao-alimentar-nutricional>>. Acesso em: 31 maio. 2020.

FRANÇA, C. DE J.; CARVALHO, V. C. H. DOS S. DE. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 114, p. 932-948, set. 2017.

FREITAS, M. DO C. S. DE; MINAYO, M. C. DE S.; FONTES, G. A. V. "The field of Food and Nutrition from the perspective of comprehensive theories." **Ciencia & saude coletiva**, v. 16, p. 31-38, 2011.

G1. **Isolamento faz gigantes de tecnologia liberarem aplicativos e lançarem funções novas: veja o que mudou | Tecnologia | G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/30/isolamento-faz-gigantes-de-tecnologia-liberarem-aplicativos-e-lancarem-funcoes-novas-veja-o-que-mudou.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GOMES, L. "A organização da informação nos rótulos de produtos industrializados: uma análise da categoria açúcar". [s.l.] Universidade Estadual Paulista, 2019.

LabBio PPGAN/UNIRIO - YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCB35HUXZUo1IB8hIain88xA>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

LAIA, N. A. DE; AQUINO, G. B. DE. A representação do corpo a partir do discurso da revista Boa Forma. **Revista Científica da Faminas**, v. 12, n. 3, p. 40-52, 2017.

LAUS, M. F. **Influência do padrão de beleza veiculado pela mídia na satisfação corporal e escolha alimentar de adultos**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2012.

LIMA, M. R. DA S.; SOARES, A. C. N. Alimentação saudável em tempos de COVID-19: o que eu preciso saber? **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 3980-3992, 2020.



LOPES, M. A. Alimento, nutrição e saúde em destaque. **Embrapa Agroenergia- Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E)**, p. 2020, 2020.

MAGALHÃES, A. P. A.; MARTINS, K. DA C.; CASTRO, T. G. DE. Educação alimentar e nutricional crítica: reflexões para intervenções em alimentação e nutrição na Atenção Primária a Saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 16, n. 3, p. 463-470, 2012.

MENEZES, M. F. G.; MALDONADO, L. A. Do nutricionismo à comida: a culinária como estratégia metodológica de educação alimentar e nutricional. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 14, n. 3, p. 82-90, 2015.

MORAIS, A. C. B. et al. "Conhecimento e uso de rótulos nutricionais por consumidores." **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, 2020.

MORELLO, L. G. et al. Assessment of clinical and epidemiological characteristics of patients with and without sepsis in intensive care units of a tertiary hospital
Avaliação das características clínicas e epidemiológicas. v. 17, n. 2, p. 1-8, 2019.

Nutrição e Saúde - uma visão da Ciência dos Alimentos – Nutrição e Saúde.
Disponível em: <<http://www.unirio.br/nutricaoesaude>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

OLIVEIRA-COSTA, M. S. DE et al. De que alimentação estamos falando? Discursos de jornalistas e análise de conteúdo de notícias populares. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 23, p. 1-17, 2019.

OLIVEIRA, N. R. F.; JAIME, P. C. Percepções de extensionistas rurais sobre educação alimentar e nutricional. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 3, p. 41, 31 jul. 2017.

OLMEDO, P. V. et al. A profile of foodservices in Curitiba and a critical analysis of the results of sanitary inspections at these establishments. **Journal of Food Safety**, v. 38, n. 1, 1 fev. 2017.

PABLIZIA, E. et al. A internet como ferramenta extensionista. **Revista Ciência em Extensão**, p. 174-182, 2016.

PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. Em tempos de pandemia pela COVID-19: o desafio para a educação em saúde. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 8, n. 2, p. 10-15, 2020.

PEREIRA, T. D. S.; PEREIRA, R. C.; DE ANGELIS-PEREIRA, M. C. Influência de intervenções educativas no conhecimento sobre alimentação e nutrição de adolescentes de uma escola pública. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 427-436, 2017.



PONTES, T. E. et al. Orientação nutricional de crianças e adolescentes e os novos padrões de consumo: propagandas, embalagens e rótulos. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 27, n. 1, p. 99-105, 2009.

PRADO, S. D. et al. Research on food in Brazil: Sustaining the autonomy of the food and nutrition field. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 107-119, 2011a.

PRADO, S. D. et al. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: Conceitos, domínios e projetos políticos. **Revista de Nutricao**, v. 24, n. 6, p. 927-938, 2011b.

REBRAE. **Educação Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<https://www.rebrae.com.br/index.php/atuacao-escolar/educacao-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 31 maio. 2020.

RECINE, E. et al. **O papel do nutricionista na Atenção Primária à saúde Brasília - DF.CFN**, , 2015.

RODRIGUES, A. M. et al. Utilização De Rotulagem Nutricional Por Mães De Crianças Da Educação Infantil. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 2, p. 35-53, 2019.

ROSA, P. B. Z.; GIUSTI, L.; RAMOS, M. Educação alimentar e nutricional com universitários residentes de moradia estudantil. **Ciência & Saúde**, v. 9, n. 1, p. 15-20, 2016.

SANTOS, C. D. C. et al. a Influência Da Televisão Nos Hábitos, Costumes E Comportamento Alimentar. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 65-71, 2012.

SANTOS, C. M. B. et al. Experiência de extensão: "Rotulagem nutricional": conheça o que você consome. **Rev. Ciênc. Ext.**, v. 12, n. 4, p. 160-173, 2016.

SILVA, G. L. DA. **Influência da mídia sobre o comportamento alimentar e imagem corporal em universitários**. [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SIMÕES, M. D. O.; DUMITH, S. C.; GONÇALVES, C. V. Adults and the elderly who received nutritional counseling in a city of southern brazil: A population-based study. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019.

TAHA, M. S. et al. Valor nutricional dos alimentos: uma situação de estudo à contextualização e interdisciplinaridade no ensino de ciências. **Góndola, enseñanza y aprendizaje de las ciencias**, v. 12, n. 2, p. 131, 2017.

VIEIRA, V. L.; UTIKAVA, N.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Atuação profissional no âmbito da segurança alimentar e nutricional na perspectiva de coordenadores de



cursos de graduação em nutrição. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 17, n. 44, p. 157-170, jan. 2013.

VINCHA, K. R. R. et al. “Então não tenho como dimensionar”: Um retrato de grupos educativos em saúde na cidade de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saude Publica**, v. 33, n. 9, 2017.

ZANCUL, M. DE S. Educação alimentar na escola: para além da abordagem biológica. **Temas em Educ. e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 14-23, 2017.